



Figura 1 Fotografia: Jéssica Gomes

MANIFESTO PALAVRAS DA AMAZÔNIA

Por ocasião do seminário "Palavras da Amazônia",
realizado em Belém do Pará, 19/11/2025.



Reunidos em Belém, durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, escritores e escritoras, contadores de histórias, agentes culturais, educadores, pesquisadores e vários outros trabalhadores do mundo literário discutiram a conjuntura sociopolítica da produção literária amazônica, em especial da Amazônia paraense. O evento organizado para essa finalidade foi denominado Seminário Palavras da Amazônia, iniciativa de entidades culturais e da vontade popular. O Seminário foi realizado fora de qualquer interesse da organização da COP30, que demonstrou falha grave ao não incluir, oficialmente, o tema do livro e da leitura em suas atividades e não abrir espaços de interlocução.

Para preencher esta lacuna, um dos objetivos do evento foi inserir a literatura no ambiente de debates – ainda que sem a oficialização da COP30 – por se compreender que o livro é indissociável do espectro da ecologia em qualquer lugar do planeta. Conforme expressou o poeta, professor e pesquisador da literatura e suas interfaces, Paulo Nunes, na abertura do seminário: "O apagamento da nossa literatura na COP30 configura um erro crasso das instituições

culturais do Pará, que poderiam ter pautado a literatura nesse debate de preservação do planeta ante a ganância neoliberal que fere a Pachamama" – a mãe andina da Terra, de quem poderíamos emprestar o dom de proteção à Amazônia como um todo.

O Seminário Palavras da Amazônia traduziu um anseio da sociedade por políticas públicas e práticas governamentais para o setor cultural. Incluem-se, neste ponto, o fomento à produção literária e a circulação de livros e autores; o incentivo a novos escritores; a abertura de bibliotecas e o fortalecimento das já existentes nos âmbitos público e privado; o reconhecimento e a visibilidade da mulher na literatura; a literatura negra; a literatura periférica; a literatura LGBTQIA+. Ou seja, os espaços de importância de todas as expressões literárias, além da criação de leis que implementem o ensino-aprendizagem da literatura da Amazônia em sala de aula, entre outros pleitos mencionados ao longo deste Manifesto, que emana das palavras da floresta, dos rios humanos, e do imaginário insurreto que se posiciona em defesa do livro e da leitura como ferramentas de transformação social.



LITERATURA FAZ PARTE DO CENÁRIO AMAZÔNICO

Mesmo sem o objetivo de mergulhar em teorias, os debates acabaram se fundamentando, mesmo que indiretamente, em teorias mundialmente consagradas. Permite-se citar, então, Antônio Candido (1919 – 2017), ainda que a Sociologia da Literatura não tenha sido o objeto da questão aqui exposta. Todavia, se a obra literária é uma "estrutura complexa e autônoma", segundo o crítico brasileiro, que no livro *Literatura e Sociedade* trata da totalidade indissolúvel da obra de arte, refletindo a realidade social, é justo enriquecer esta manifestação com fundamentos tão úteis a estudos mais avançados dos problemas que a literatura enfrenta como ação humana indissociável da realidade social.

Extraindo do enunciado "[...] tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra", Candido reforça a profundidade da expressão "Tudo faz parte do todo". Embora descartados aqui estudos mais complexos,

estes são necessários, entretanto, à compreensão da relevância da leitura e da escrita para o bem-estar do homem na sociedade. É uma visão teórica que o escritor concede para que se entenda o significado das conexões da literatura às humanidades.

É o livro – tão somente o livro! – o instrumento que leva o homem a desvendar as complexidades do mundo em que vivemos. No caso amazônico, além do macroespectro do espaço, e da natureza propriamente dita, o "todo" implica compreender a importância de ecossistemas regionais tão sagrados ao planeta.

Somando-se às narrativas ancestrais, o livro, no formato que se conhece hoje, é a contribuição moderna para essa compreensão. Acertadamente, Paulo Nunes expressou: "A literatura, antes de a ecologia existir como tal, já fazia valer uma proposta de defesa da natureza, graças à força expressiva de escritores e escritoras amazônicos, a partir, sobretudo, do Modernismo literário".

Este Manifesto entende que, pelo exposto acima, a cultura literária regional não poderia ter sido descartada da programação oficial da ONU. Afinal, se o livro é fundamental ao progresso humano e ao desenvolvimento

social, não poderia ter sido ignorado nos debates promovidos no âmbito da COP30.



LIVRO É UM DIREITO HUMANO

A reflexão que se faz não descarta o fato de que, no Brasil, há — ainda que parcos, intermitentes e concentrados em regiões privilegiadas — alguns planos e programas oficiais voltados para o livro e a leitura. Contudo, principalmente no Norte do país, autores e obras do passado e do presente são desconhecidos da maioria da população — sendo fortemente ignorados pelas redes públicas de ensino. Fato que se dá ora por falta de vontade política dos governantes, ora pela restrição de recursos destinados à cultura, e pela ausência de iniciativas que valorizem a produção literária e seus autores — a despeito de exceções da sociedade civil. É nítida a falta de programas efetivos e contínuos no âmbito dos sistemas de educação estadual e municipal, que não priorizam disciplina capaz de fomentar o hábito de leitura e a produção literária.

Voltando a Candido, o crítico considerou que o livro é um direito do ser humano, essencial à formação intelectual; à consciência crítica e à humanização. Porém, o livro só aparece indiretamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), implícito no Artigo 27: "1– Todos têm o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2 – Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de interesses de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autora."

O enunciado da Carta da ONU torna a cultura juridicamente vinculada a tratados globais, entre eles o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). O Artigo 15 desse diploma universal, discutido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, em vigor desde 03 de janeiro de 1976, compromete os estados nacionais signatários "a promoverem a conservação, o desenvolvimento e a difusão da ciência e da cultura". A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO (2001), é outro documento de caráter

global a destacar que a diversidade cultural não deve ser usada para violar os direitos humanos.

Juntos, esses documentos formam o arcabouço jurídico global que ratifica o que Candido diz no seu ensaio — mais sociológico que jurídico. Ele afirma que o acesso à literatura deve ser universal. Concebe que a capacidade de ler e interpretar obras literárias é fundamental para a organização do pensamento, importante à compreensão do mundo e à formação de uma sociedade mais justa.



A TRINCHEIRA DESCARTADA

Conforme Candido, a literatura, enquanto linguagem social totalizante, é um indispensável meio de estruturar a consciência crítica que permite ao indivíduo conhecer, questionar, criticar e atuar na sociedade com maior grau de consciência e compreensão da realidade – valores que foram enfatizados pela e para a COP30. Diante disso, uma pergunta não cala:

Se a discussão sobre a crise do clima implica consciência e compreensão da realidade total da Amazônia

– floresta, água, fauna, povos originários e ribeirinhos integrados ao todo do bioma –, por que a literatura ficou de fora das discussões empreendidas em Belém, neste mês de novembro de 2025?

Esqueceram dos preceitos defendidos pela própria ONU no campo da cultura?

Talvez por desconhecerem grandes autores brasileiros do passado e do presente, ignoraram também o sociólogo e crítico literário. E, assim, desprezaram a literatura como trincheira de resistência cultural.

As convenções globais e as manifestações populares em Belém (acontecimento inédito na história da COP) poderiam ter exigido o apoio à produção e difusão da literatura amazônica como direito da população em geral no contexto da questão climática. Porém, isso não aconteceu. Infelizmente, em certa medida, foi mais um evento a reforçar estereótipos de visões colonistas no campo da cultura não só da Amazônia brasileira, região que continua sendo espaço secundário no espectro de desenvolvimento social.



AUTORES DE PRECIOSIDADES

Escritores abrem veredas culturais. Eis a razão peculiar do livro. É justo que se leiam autores mais incensados pelo cânone nacional, como: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Eneida de Moraes, Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, Lygia Fagundes Telles, Manoel de Barros, Rachel de Queiroz.

Indispensáveis, igualmente, são os autores amazônicos, que dignificam qualquer biblioteca do mundo, entre os quais: Inglês de Souza, José Veríssimo, Dalcídio Jurandir, Bruno de Menezes, Maria Lúcia Medeiros, Lindanor Celina, Dulcinéa Paraense, Felipa Aranha, Haroldo Maranhão, Vicente Salles, Eneida de Moraes, Alfredo Ladislau, Holanda Guimarães, Abguar Bastos, Benedito Nunes, Éládio Lobato, José Ribamar Gomes de Oliveira, Ademir Braz, Mário Faustino, Max Martins, Benedicto Monteiro, Vicente Cecim.

Vivos e a todo o vapor: João de Jesus Paes Loureiro, Daniel Munduruku, Márcia Wayna Kambeba, José Ildone, Daniel da Rocha Leite, Rosa Peres, José Maria Azevedo

Costa, Heliana Barriga, Juraci Siqueira, Paulo Nunes, Paulo Vasconcellos, Terezinha Guimarães, Ubiraci Conceição, Rita Sanches, Lúcio Flávio Pinto, Edyr Augusto, Wanda Monteiro, outros tantos.

Da mesma forma, são importantes os amazonenses Luiz Bacellar, Márcio Souza, Thiago de Mello; poeta amazonense que enriqueceu as letras amazônicas com o poema *Os Estatutos do Homem* – uma resposta ao Ato Institucional nº 1 da ditadura militar brasileira, composto quando exilado no Chile. Milton Hatoum é destaque na atualidade, tendo sido indicado para o Nobel de 2025.

Convém destacar que Inglês de Souza e José Veríssimo foram fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897. O presente Manifesto seria incompleto se não fosse ilustrado com obras de pelo menos esses dois paraenses: Inglês de Souza – *Coronel Sangrado*, *O Cacaualista* e *Contos Amazônicos*, e, especialmente, Dalcídio Jurandir (vencedor do Prêmio Machado de Assis, em 1972) – *Chove nos campos de Cachoeira*, *Marajó*, *Ponte do Galo*, *Ribanceira*, *Belém do Grão-Pará* e *Chão dos Lobos*.

Na Pan-Amazônia, são indispensáveis escritores de diferentes gêneros: Mario Vargas Llosa (Nobel de

Literatura, 2010) e César Vallejo (Peru); Gabriel García Márquez (Nobel de Literatura,1982) e Juan Gabriel Vásquez (Colômbia); Rómulo Gallegos e Miguel Otero Silva (Venezuela); Juan Montalvo e Jorge Icaza (Equador); Alcides Arguedas e René Bascopé Aspiazu (Bolívia); Walter Rodney e Wilson Harris (Guiana); Astrid Roemer e Edgar Cairo (Guiana Francesa); René Maran e Léon-Gontran Damas (Suriname).

Infelizmente, a bibliografia da maioria dos autores amazônicos ainda é desconhecida de boa parte da população. Sobretudo, das novas gerações. Ignorados pela crítica e pela mídia – exceto raras exceções –, quase todos os autores são rejeitados pela indústria livreira de grande porte. Ausentes das bibliotecas mais interioranas, são pouco referidos pelas escolas.



PARA ROMPER A MURALHA

As ferramentas para romper a muralha que separa o leitor das obras relevantes do passado e do presente são as políticas de Estado capazes de democratizar o acesso ao

livro e à leitura. Lembremos que o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado em agosto de 2006, derivado da Lei de Diretrizes do Livro (Lei nº 10.753), de 2003, é um instrumento até agora inócuo, apesar de, mais recentemente, ter sido criada a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), por meio da Lei nº 13.696/2018. Apesar desses instrumentos, o livro continua sendo renegado pelo poder público.

Daí a importância deste Manifesto reverberar a necessidade de a literatura regional ser fortalecida. É uma sinalização da sociedade. Uma provocação. Clamor e chamado, estando-se a par de dados que revelam a precariedade do Norte do país, também no campo da cultura.

A precariedade das políticas culturais, combinadas com a educação, implica defesa permanente da ação voltada à qualificação da criação literária; à formação do leitor; ao incentivo à escrita criativa; ao acesso ao livro nas escolas. É primordial que o hábito da leitura comece cedo, e o exercício da escrita fomenta novos talentos literários. Várias são as necessidades – ou exigências – que implicam colocar em prática o PNLL. Vejamos:

Democratização do acesso à leitura, ao livro e às bibliotecas.

Fomento à leitura (desde a infância) e à formação qualificada de mediadores.

Valorização institucional da leitura para fortalecer bibliotecas públicas e comunitárias.

É igualmente urgente e necessário:

Reabrir, em toda a Amazônia, as bibliotecas públicas – inclusive as escolares – que foram fechadas.

Fomentar as cadeias criativa e produtiva do livro, com a promoção e difusão das publicações.

Promover a escrita criativa como atividade escolar obrigatória.

Promover eventos para difusão da literatura, incentivo da circulação do livro, facilitando o acesso de leitores.

Democratizar os editais desburocratizando-os, facilitando o acesso de autores e empreendedores aos recursos financeiros públicos.

Interiorizar as ações e recursos das políticas públicas, sem distinção entre produção da metrópole e do “interiópole”.

Implementar as estruturas municipais da cultura, conforme o PNC, SNC e o PNLL.

Embora o IBGE levante periodicamente Informações Básicas Municipais, não se dispõe, organicamente, de informações sobre a existência – ou efetividade – de Conselhos Municipais de Cultura. Em 2021, cerca de 61,1% dos municípios brasileiros receberam recursos da Lei Aldir Blanc, indicando alguma estrutura de gestão cultural. Mas, naquela época, não havia garantia da existência de Conselhos de Cultura efetivamente ativos nos municípios.

Em 2015, a Confederação Nacional de Municípios informava que a cultura estava fora das políticas públicas de 40% dos municípios. A entidade sugeriu que era uma taxa elevada da falta de Conselhos.

Duvidando-se que esse quadro tenha mudado positivamente, conclui-se que a falta dos institutos legais da cultura, previstos pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), prejudica a estruturação do setor em todo o país. Sem dúvida, a precariedade é maior no Norte.

Destaca-se que o acesso municipal aos recursos federais de cultura é voluntário – isto é, depende da

"vontade política" do prefeito de plantão. Em 2017, 2,4 mil municípios não haviam aderido ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) – outro dado que, ratificando a não institucionalização municipal da cultura, revela a falta de interesse e apreço dos governantes à cultura. Atualmente, município não integrado ao SNC não recebe recursos federais.

Esses dados são desconcertantes; expõem o modo precário de os governos municipais tratarem a cultura. É um cenário que exige posicionamento da sociedade civil diante de todas as instâncias do governo e do Poder Legislativo.

Conclama-se que, no mínimo, nenhum município deixe de aderir ao PNLL para se corrigir o débito institucional que prejudica a cultura na Amazônia. Só assim, os municípios da região estarão habilitados às políticas federais e estaduais.

Ao reivindicar espaços para as vozes literárias da Amazônia, este Manifesto sugere a criação, em 2026, do Fórum Amazônico de Literatura, durante a Feira Pan-Amazônica do Livro, com a finalidade de propor programas e projetos às políticas estadual e municipais de educação e cultura abrigados no PNLL.



A LITEROLUTA DAS ESCRITORAS AMAZÔNICAS

As mulheres representam o segmento mais exposto ao descaso, à falta de incentivos, oportunidades e promoção enquanto artistas das mais diversas manifestações culturais; vítimas de multipreconceitos – o corolário do patriarcado latente na sociedade brasileira.

Escritoras amazônicas experimentam atribuições culturais porque suas vozes são silenciadas. E caladas são as narrativas. Segregadas ora por dominação de gênero ora por preconceito. Isso obriga a empreenderem lutas permanentes para continuar escrevendo. No campo da educação, e na política, as lutas exigem delas maior empenho e resistência.

É o justo e contínuo pleito à palavra!

As políticas públicas devem ser pontes e não barreiras à visibilidade das escritoras. Não por concessão, favor político, caridade de governante, mas por serem fundamentais à cultura.

Por meio deste Manifesto, poetas, romancistas, cronistas e mediadoras da leitura reivindicam condições dignas para criar, publicar e fazer circular suas obras. Exigem que o Estado amplie o acesso a editais e financiamentos para as diversas áreas da literatura.

Só o poder público pode romper, direta e indiretamente, o ciclo de invisibilidade e desigualdade da literatura, assegurando recursos, ações, práticas, espaços e equidade. Mas, o setor privado precisa ser sensibilizado para que contribua efetivamente com doações e patrocínios – meio de escritoras e escritores passarem da margem para o centro das atenções culturais.

Em um cenário mundial de polarização política, de negacionismo científico e cultural – notadamente do livro – é preciso reinventar o mundo, eliminando-se iniciativas de governos, que, independentemente de ideologias partidárias, tolhem, desprestigiam ou censuram, direta ou indiretamente, autores e suas obras.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES — LIVRO E REALIDADE

Crianças e adolescentes precisam ter acesso, conhecer, conviver e gostar da literatura que trata da realidade regional. Necessitam ter interação com livros e autores que permitam colocá-las em contato com o que existe (ou foi destruído) no seu entorno social, com a memória de sua região, comunidade, tradições, manifestações culturais e ancestralidade.

Obras que valorizem as histórias e lendas, o mundo da floresta, das águas, da fauna e da biodiversidade amazônica, ou seja, as "cores de uma aldeia" que se conhecem pelo afeto e pela familiaridade. Desta forma, a Amazônia se contemplará no espelho da escrita, se enxergará, se reconhecerá e tomará consciência de que é um dos Brasis de imaginação mais potente, criativa e singular.

Como fruto da valorização do que é nosso, crianças e adolescentes compreenderão seus papéis sociais de vozes da floresta, importantes para a formação da identidade do país. Com processos e ferramentas pedagógicas sensíveis às vivências do aluno, cada criança e adolescente terá a chance

de desenvolver o trato humano, a cidadania, o sentimento de pertencimento e a compreensão do mundo.

Para alcançar um cenário favorável ao que este Manifesto propõe, as políticas públicas, o planejamento estatal, a filosofia de trabalho de governos, as ações e práticas dos diversos órgãos públicos devem tratar como cláusula pétrea o seguinte axioma: a leitura é a base para erigir uma sociedade desenvolvida.

Deseja-se que a literatura infantojuvenil da Amazônia possa ser um meio de conhecimento e reescrita do mundo. E que, por intermédio dela, a sociedade identifique no binômio livro-leitura a mais autêntica fonte de saber de toda a trajetória humana.



BASTA CUMPRIR A LEI

Esta mensagem é igualmente válida para as esferas municipal, estadual e federal:

Sensíveis às discussões das políticas, aos programas de educação básica e média, e de cultura de todos os Estados e municípios, entende-se ser necessário que as autoridades

públicas cumpram simplesmente a lei. Incluam, no plano municipal, seus próprios modelos de apoio, incentivo e fomento à literatura; valorizem artistas, sobretudo escritores.

Estados e municípios amazônicos devem, urgentemente, cumprir a Constituição no que diz respeito à Cultura (artigos 215 e 219). Se este Manifesto não tem poder de lei, revela, por natureza, o propósito legítimo de se reivindicar os direitos dos cidadãos à cultura, especialmente ao livro.

Defende-se que os prefeitos implantem o Conselho, o Fundo Municipal e a Conferência de Cultura - instrumentos previstos no Plano Nacional de Cultura (PNC). Uma vez implementados, revelam o efetivo comprometimento da gestão municipal com a cultura local.

Conclama-se, objetivamente, que as prefeituras invistam recursos na promoção da literatura, incentivando autores locais e a circulação do livro.

Recomenda-se que instalem ou reabram, urgentemente, bibliotecas. E invistam na formação pedagógica de mediadores da leitura e da escrita.

Enfim, propõe-se o seguinte enunciado de compromisso ideal, que se recomenda ser acolhido por todos os prefeitos da Amazônia:

Nós, os prefeitos da Região Amazônica, assumimos o compromisso com as seguintes iniciativas de promoção da cultural, particularmente da literatura:

Cumpriremos o preceito constitucional de promover a cultura como um direito dos nossos munícipes.

Promoveremos o livro como um direito humano, necessário ao progresso e ao desenvolvimento social.

Valorizaremos os escritores locais para estimular a leitura e a escrita, concorrendo para o desenvolvimento das letras locais como atividade crucial no campo da cultura.

Valorizaremos, mediante reedição e aquisição, obras de autores locais.

Assumimos imediato compromisso de instalar ao menos uma biblioteca e/ou resgatar as que eventualmente tenham sido fechadas, assim como apoiar as bibliotecas comunitárias.

Determinaremos que, como atividade pedagógica, a leitura e a escrita estejam na rotina permanente das escolas municipais.



ESPERANÇA DA AMAZÔNIA

Este Manifesto não é *simplex verbum*. É voz. Sem ser vulgar, é *jus sperandi* em favor de uma ciência humanística que dignifica o ser humano e contribui para a formação social, moral e intelectual.

Tem o caráter de mobilizar as forças políticas, ao tempo em que sinaliza à sociedade que ninguém deve ficar acomodado diante de uma realidade cultural que relega o livro a um plano desconcertante; que ignora direitos do cidadão.

Deseja-se que este Manifesto seja semente de esperança, da qual brotem iniciativas culturais produtivas – especialmente no mundo da literatura.

O livro é um instrumento político que, por natureza, incomoda. Tão forte no papel de esclarecer a política, preparar protagonistas, ampliar a capacidade crítica de cidadãos em todo o mundo, sempre foi um dos alvos prediletos e prioritários de ditadores de todos os tempos, que incendiaram bibliotecas e queimaram em praça pública milhares de livros.

Governos autoritários sempre prenderam, exilaram, mataram escritores e escritoras. Até agora, continuam censurando obras que se tornaram clássicas, universalmente consagradas.

Sem poder nos afastar da realidade global, requeremos que autores amazônicos sejam lidos nas escolas; estejam presentes nas bibliotecas públicas e privadas. Defendemos que os governos façam aquisições permanentes de obras locais, abastecendo, sobretudo, bibliotecas escolares. E incentivem, com financiamento, outras linguagens (audiovisual, histórias em quadrinhos, audiolivros etc.).

O setor privado – que mantém fundações culturais públicas e privadas – também deveria incrementar a promoção de eventos e abrir editais exclusivos de incentivo à literatura, ampliando suas contribuições financeiras.

Temos esperança de que o poder público receba este Manifesto como uma contribuição autêntica.

Esperança de que todas as camadas da sociedade cultivem o nobre hábito da leitura e as habilidades da escrita como instrumentos de progresso social. E como lazer e entretenimento de qualidade.

Esperança de que as ações sejam o verdadeiro lenitivo da dor que causam a falta de políticas públicas, o fechamento de bibliotecas e outros espaços culturais, a censura – instrumento político-ideológico terrível que, por ser antidemocrático, silencia escritores e escritoras.

O fragmento de um poema da paraense Wanda Monteiro, citado por Paulo Nunes durante o seminário, sintetiza a grande dor de ver o livro desprezado nos escaninhos da política e da burocracia.

A poeta versa, como se fosse abre-alas da marcha cultural, empunhando o estandarte da literatura. Diz Paulo Nunes, Wanda escreve "vestindo as máscaras de Gaia, a grande Mãe", representando Mulheres-poetas vivendo "os ciclos da Terra, filhas imitando a Mãe", que "guardam vidas em seus ventres, enfim, criam vidas, e dentre estas vidas estão suas escritas cruciais, atravessadas de uma essência de flor-estandarte”:

"[...]

a dor da mãe entranha-se nos filhos

quebra-lhes os ossos

rompe-lhes as veias

sangra-lhes a carne

arranca-lhes os pés no solo do coração da mãe

a tristeza resigna-se à sombra da morte na morte dos dias."

Belém, 19 de novembro de 2025



Federação das Academias de Letras do Pará – FALPA

em associação com entidades culturais e a vontade popular

REGISTROS DO SEMINÁRIO PALAVRAS DA AMAZÔNIA







Outros registros nas páginas oficiais da Federação das Academias de Letras do Pará